

A INTERSECCIONALIDADE, A PRÁXIS FEMINISTA NEGRA E O ENSINO DE SOCIOLOGIA

Rosana da Silva Pereira ¹

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar reflexões sobre as possíveis contribuições da interseccionalidade através da práxis feminista negra para o ensino de sociologia, evidenciando a intelectualidade de Patrícia Hill Collins, Lélia González e bell hooks. Tendo como compreensão a sociologia como uma importante contribuição formativa na educação, se tem no feminismo negro possibilidades para a construção de uma prática educacional emancipatória e transgressora no que tange o ensino de sociologia. Trata-se de uma discussão teórica que vislumbrou mobilizar os principais conceitos das intelectuais citadas, articulando as suas produções epistemológicas como potenciais colaborações para uma sociologia aliada ao antirracismo e anti-sexismo. Através desta análise teórica conclui-se que a sociologia possui potencialidades para a manutenção de um espaço educacional aliado ao ensino-aprendizagem capaz de compreender as múltiplas dimensões estruturais da realidade social brasileira.

Palavras-chave: Interseccionalidade, Feminismo Negro, Ensino de Sociologia.

INTRODUÇÃO

O pensamento feminista negro se estabelece como uma teoria social crítica construído por mulheres negras para o estabelecimento de uma práxis política que vislumbre o combate à exploração econômica, violências sexuais, educacionais, políticas, culturais e religiosas, isto é, o pensamento feminista negro produz ações e práticas contrárias a dominação do poder, do saber e do ser, resvalando a importância epistêmica, política e cultural de mulheres negras em uma perspectiva transnacional. Intelectuais como Kimberlé Crenshaw (1991), Patrícia Hill Collins (2019), bell hooks (2022), Ângela Davis (2016), Lélia Gonzalez (1984) e Sueli Carneiro (2003) em suas produções e articulações políticas demarcadas em contextos territoriais diferentes. Mesmo que tenha sido criado no contexto estadunidense, o pensamento feminista negro ao longo das décadas se estabelece como uma oposição a opressão, subalternidade e subjugoamento teórico, social e político de mulheres negras. Para tanto, as categorias analíticas de raça, gênero, classe, sexualidade, nacionalidade, idioma, deficiência, territorialidade e religiosidade são interseccionais (COLLINS, 2019).

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade de Brasília – UnB, Mestra em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, negra, Brasília, Distrito Federal, silvarosanasociais@gmail.com.

O movimento de fortalecimento do Feminismo Negro em uma perspectiva transnacional se intensiva durante a Terceira Onda do Movimento Feminista Global, então produções teóricas de mulheres negras acadêmicas e ativistas se tornaram elucidativas para a construção desta teoria social crítica. Os Estados Unidos se torna um espaço territorial de convergência das práticas epistêmicas de enfrentamentos contra as opressões e por isso que pensar o feminismo negro em todos os continentes é refletir sobre seu potencial transformador.

Trazendo a luz o conceito de redução sociológica do intelectual Guerreiro Ramos², para pensarmos que a sociologia tem um viés de engajamento e de pensamento crítico da realidade social, podemos discutir que nas últimas décadas, a inclusão de conceitos analíticos na área como “gênero”, “raça”, “trabalho e gênero”, “saúde, direitos sexuais e reprodutivos”, “violência de gênero” se refletem em uma perspectiva dialógica com o do feminismo negro.

E neste sentido, refletindo portanto, sobre o ensino de sociologia e as relações étnico-raciais, considerando a formação de professores, destaco que para que haja uma transformação no processo educacional é necessário o envolvimento de dimensões diversas acerca da realidade social. Sendo assim o presente trabalho tem o objetivo de apresentar reflexões sobre as possíveis contribuições da interseccionalidade através da práxis feminista negra para o ensino de sociologia, compreendendo que se trata de uma área de ensino e ciência importante para o estabelecimento de uma educação emancipatória e transgressora no que tange o ensino de sociologia.

METODOLOGIA

O presente trabalho mobiliza conceitos das intelectuais de Patrícia Hill Collins, Lélia González e bell hooks e por isso a metodologia escolhida se baseia na revisão bibliográfica com a finalidade de elucidar o debate da interseccionalidade dentro do campo teórico do feminismo negro enquanto uma proposta de ampliação para o ensino de sociologia na

2 Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) tem contribuições importantes para a ciência brasileira, especificamente para a sociologia, sobretudo para pensar as relações étnico-raciais com o advento do capitalismo, industrialização, urbanização e consumismo no Brasil, mas também em sua teoria epistemológica o autor buscava compreender sociologia um sentido prático, que congregasse, ao mesmo tempo, os avanços da ciência social e os problemas práticos da sociedade brasileira. A sociologia defendida pelo autor, tem o caráter de engajamento nas questões sociais, mesmo que isso significasse, a seu juízo, o sacrifício da objetividade da ciência. A sociologia deveria ter, de acordo com o autor, o tom de uma ciência interpretativa, e por isso o autor realiza a crítica ao pensamento imitativo de ideais e teorias europeias e norte-americanas.

educação básica. Deste modo, este trabalho está estruturado através de duas seções. A primeira está estabelecida na discussão sobre a interseccionalidade e o feminismo negro através, esta última foi direcionada a uma discussão relacional com a educação como prática de transgressão. A segunda, a reflexão acerca do ensino de sociologia através de uma perspectiva emancipatória e antirracista, e por fim, os atravessamentos da práxis feminista negra no ensino de sociologia.

REFERENCIAL TEÓRICO

Interseccionalidade e o Feminismo Negro: Um diálogo entre de Patrícia Hill Collins, Lélia González e bell hooks.

A interseccionalidade enquanto um conceito sociológico, como discute Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), começa a ultrapassar os espaços de discussão acadêmicos na década de 90. Atualmente temos uma produção científica significativa sobre a interseccionalidade em diferentes âmbitos da vida social, como discutem as autoras:

Quando usada como uma forma de práxis crítica, a interseccionalidade se refere às maneiras pelas quais as pessoas, como indivíduos ou parte de um grupo, produzem, recorrem ou aplicam estruturas interseccionais na vida cotidiana. Na família e no emprego, como atores institucionais em escolas públicas, faculdades, universidades e organizações religiosas, como lideranças comunitárias e de movimentos de base, cidadãos e cidadãos comuns recorrem às ideias da interseccionalidade para orientar sua prática (COLLINS; BILGE, 2020, p. 56).

A interseccionalidade além de um conceito, é uma possibilidade de refletirmos sobre a operacionalização do sistema de opressão capitalista/patriarcal/ocidental-cêntrico/cristão-centrico/moderno/colonial. Patrícia Hill Collins na obra “Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento” republicada em 2019 pela Editora Boitempo, traz a concepção de *epistemologia feminista negra*, na qual diz que “[...] As escolhas epistemológicas referentes a em quem se deve confiar, em que acreditar e por que algo é verdadeiro não as questões acadêmicas inocentes” (COLLINS, 2019, p. 403).

Entre as décadas de 60 e 80, a produção intelectual de mulheres não-brancas estabelece um consenso em relação a intersecção das opressões de gênero, raça e classe em um contexto de exploração do trabalho, machismo, racismo, sexismo e patriarcado, que articulados resultaram em um sistema de opressões. A interseccionalidade é uma ferramenta analítica segundo Patrícia Hill Collins, que enquanto termo foi criada pela ativista e advogada

estadunidense Kimberlé Crenshaw (1991, 2002), com a finalidade de refletir sobre o conjunto de sistemas de dominação que se relacionam entre si, possuindo múltiplas dimensões e manifestações que visam a marginalização de determinados grupos minoritários (PEREIRA, 2022, p. 447). A intelectual ao compreender as problemáticas vinculadas aos fenômenos de opressão na sociedade, cunhou a terminologia como um instrumento de entendimento acerca das intersecções entre as diferentes identidades sociais como raça, gênero, classe, sexualidade, religião e território que se relacionam no sistema de opressão, e portanto tal interação conduz à diversas formas de discriminação.

Collins (2019) compartilha que não é possível dominar sem objetificar o grupo subordinado. Dessa forma, além de excluir as negras do letramento e do ensino de qualidade, construir iconografias que as atrelam a imagens extremamente sexualizadas e em condição de subjugação e portanto, o pensamento feminista negro se configura como uma oposição à opressão, compreendendo que as violências interseccionais de raça, classe e gênero intensificam o subjugamento teórico e ideológico das mulheres negras.

A primeira parte da obra de Collins, intitulada “A construção social do pensamento feminista negro”, é dividida em dois capítulos que traçam, respectivamente, a sua práxis política e suas características distintivas em relação a outras formas de conhecimento. Iniciando com a indagação de uma mulher negra afro-americana Maria Stewart "Até quando as nobres filhas da África serão forçadas a deixar que seu talento e seu pensamento sejam soterrados por montanhas de painéis e chaleiras de ferro?" (COLLINS, 2019, p. 29), Maria Stewart foi uma importante intelectual negra dos Estados Unidos, como uma mulher pioneira nos discursos políticos e expoente nas discussões sobre as opressões vivenciadas pelas mulheres negras, uma das primeiras feministas nos Estados Unidos, ela defendia a valorização e o reconhecimento da negritude bem como o ativismo, autodeterminação comunitário e a compreensão do trabalho intelectual para a promoção do ativismo feminino negro.

Ressalta-se que a socióloga compreende como intelectuais negras todas as mulheres afro-americanas que possuem uma teoria crítica e por isso ela apresenta nesta primeira parte além da Maria Stewart, as seguintes intelectuais para pensarmos a epistemologia Feminista negra: Sojourner Truth, Nancy White, Anna Julia Cooper, Ida B. Wells, Toni Cade Bambara, Hazel Carby, Audre Lorde, Barbara Christian, Alice Danbar Nelson, bell hooks, Alice Walker, Toni Morrison, Kimberlé Crenshaw, Zora Neale Hurston, Angela Davis, Bessie Smith e Ma Rainey. Tais intelectuais em diferentes áreas e condições de sobrevivência construíram bases sólidas para a tradição intelectual de mulheres afro-americanas.

Considerando que as mulheres negras ao longo dos séculos se dedicam, reivindicam e constroem conhecimentos, Patrícia Hill Collins chama a atenção para a supressão do pensamento Feminista Negro, a priori apresentando a significativa compreensão da dialética entre opressão e ativismo, demarcando a opressão como constituinte para situação histórica da mulher negra afro-americana, o nacionalismo negro e a segregação racial. As categorias analíticas de raça, classe, gênero, sexualidade, nação, idade e etnia, entre outras são atravessadas pela opressão neste contexto de matriz de dominação. E neste sentido, a intelectual afirma que a opressão das afro-americanas engloba três dimensões: a exploração do trabalho, política de opressão e as imagens de controle. Estas dimensões são importantes para a compreensão da rede composta pela economia, política e ideologia para manutenção e conservação de estratégias de subordinação e exploração das mulheres negras em detrimento da supremacia branca e da própria Teoria Feminista, está última sendo construída através das vivências exclusivas das feministas brancas.

A contribuição de Lélia González (1935-1994) para a Teoria Feminista Negra é muito importante para as discussões sobre o racismo e sexismo na cultura brasileira. Mulher negra, filósofa, antropóloga, professora, escritora, tradutora, intelectual e militante do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR), amefricana, de origem popular, defensora da criação do feminismo afrolatinoamericano por mulheres negras e indígenas, Lélia González, uma mulher negra *com nome e sobrenome*, ao conceituar a ideia de amefricanidade enquanto uma categoria política e cultural, elucida a importância da presença negra e indígena em todas as dimensões da vida social do país, e portanto, a sua teoria social crítica se baseia na defesa da descolonização do pensamento (PEREIRA, 2022; PEREIRA; PEREIRA, 2022).

Ao não compactuar com a premissa de universalidade da mulher proposta pelo feminismo branco e com o mito da democracia racial, Lélia González explana que as mulheres são diferentes racialmente e por isso o debate sobre o racismo e sexismo na cultura brasileira é imprescindível para a compreensão das trajetórias das mulheres negras (CARDOSO, 2012). A discussão sobre a interseção entre raça, gênero e classe na teoria social crítica da intelectual em “Racismo e Sexismo na cultura brasileira” torna-se relevante através da abordagem dos lugares sociais que a mulher negra está situada, na qual a intelectual compreende o duplo fenômeno do racismo e sexismo, partindo do pressuposto da chamada neurose cultural brasileira – conceituação disposta na teoria psicanalítica (GONZALEZ, 1984, p. 224).

[...] Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta (GONZALEZ, 1984, p. 224).

Lélia González é indiscutivelmente uma intelectual imprescindível para a história do Brasil. Como pensadora crítica da realidade social brasileira e atuante no movimento negro brasileiro, ela é referência para a construção de uma intelectualidade que compreende as contradições da sociedade e que através de múltiplas correntes epistemológicas estão comprometidas com o feminismo negro, estudos de gênero e sexualidade, combate ao racismo, genocídio negro e promoção da igualdade racial. Uma inspiração que através de sua história condiciona a abertura de novas possibilidades de reflexão sobre a vida da população negra no mercado de trabalho, na educação, no ativismo, na política e na cultura.

Quando bell hooks (2022), intelectual e escritora estadunidense, retoma o questionamento de Sojourner Truth com a obra “e eu não sou uma mulher: mulheres negras e feminismo” publicado pela Rosa dos Tempos, a intelectual ao discutir nas primeiras páginas da obra, deflagra suas percepções sobre como os resquícios escravocratas que consolidaram obstáculos para a fundamentação da mulheridade negra.

Nenhum outro grupo nos Estados Unidos teve sua identidade socializada tão à parte da existência quanto o das mulheres negras. É o raro sermos reconhecidas como um grupo independente e distinto dos homens negros, ou como parte integrante do grupo maior “mulheres”, nesta cultura. Quando falam sobre pessoas negras, o sexismo milita contra o reconhecimento dos interesses das mulheres negras; quando falam sobre mulheres, o racismo milita contra o reconhecimento dos interesses de mulheres negras. Quando falam de pessoas negras, o foco tende a ser *homens* negros; e quando falam sobre mulheres, o foco tende a ser mulheres *brancas*. Em nenhum espaço isso é mais evidente do que vasto *corpus* de literatura feminista [...] (HOOKS, 2022, p. 27).

O sexismo é uma condicionante das relações sociais e raciais para bell hooks, atuando paralelamente com o racismo. Para a intelectual, o racismo institucionalizado está associado à dinâmica patriarcal demarcada pelo sexismo. Então, quando ela diz “[...] O sexismo era parte integrante da ordem social e política trazida de terras europeias por colonizadores brancos, e tinha intenção de causar um impacto profundo no destino de mulheres escravizadas [...]”

(HOOKS, 2022, p. 37), se discute que as mulheres negras na escravidão eram super exploradas, sendo condicionadas a uma esfera de medo constante, desvalorização e múltiplas vulnerabilidades.

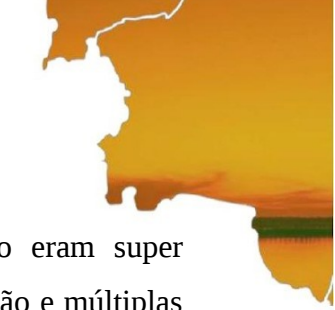
Ao dialogar sobre “Racismo e feminismo: a questão de responsabilidade”, bell hooks denota a colonização em uma perspectiva operacional, e neste sentido ela destaca que a compreensão sobre o racismo se estabelece de forma limitada, em decorrência do colonialismo e do imperialismo, mulheres negras estadunidenses são socializadas através da alienação ao aceitarem uma versão da história baseada na supremacia branca.

[...] Vivenciar a dor do ódio racial ou testemunhar essa dor não significa compreender suas origens, sua evolução ou seu impacto na história do mundo. A inabilidade de mulheres nos Estados Unidos de compreenderem racismo no contexto da política daquele país não é resultante de qualquer deficiência inerente da psique da mulher. Apenas reflete a extensão de nossa vitimização.

Nenhum livro de história usado em escolas públicas nos informou sobre o imperialismo racial. Em vez disso, deram -nos uma noção romântica do “novo mundo”, do “sonho americano”, dos Estados Unidos como um grande caldeirão de raças em que todas se juntam criando uma [...] (HOOKS, 2022, p. 193-194).

bell hooks (2022, p. 194-195) faz uma alusão histórica ao discutir que as instituições de ensino se isentaram do compromisso político com a formação antirracista: “[...] Instituições de ensino superior nada fizeram para desenvolver nosso limitado conhecimento sobre racismo como ideologia política [...]”. Ao invés de criar possibilidades para uma educação comprometida com a emancipatória, os professores criavam condições para a aceitação da supremacia branca e a polarização sexual dominada pelo patriarcado.

Portanto, os corpos de meninas e mulheres negras são atravessados pelo epistemicídio. O epistemicídio produz um conjunto de subalternidades nas diferentes dimensões objetivas e subjetivas da vida das mulheres negras. São corporeidades marcadas pela colonialidade, racismo, machismo, sexismo e classismo. No artigo “Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário” Ângela Figueiredo e Ramón Grosfoguel (2007) discutem acerca da política de esquecimento enquanto um instrumento de apagamento da memória de contribuições da intelectualidade negra. Tal mecanismo tem como objetivo a manutenção de uma hegemonia científica branca.



Lute como uma garota negra: Ensino de Sociologia e uma práxis emancipatória

A escola como um campo de reflexão da diversidade, permeada de existências, presenças, diferenças, conflitos e identificações, é um espaço de transformações e movimentos constantes que significam a sua pluralidade e o atravessamento de fenômenos que expressam também os desencontros, rotulações e estigmas (JUNQUEIRA, 2010, p. 18). Ao adentrar a educação escolar contemporânea, percebe-se os desafios do ensino de sociologia para a educação básica, a partir do seu contexto de enfrentamentos e resistências. Estudar a sociologia é pensar, refletir e criticar a sociedade como ela mesma, constituindo formas de explicação da sua realidade social e percebendo que enquanto cidadãos o mundo social é importante para se situar no mundo. As teorias e métodos com base humanística e científica da sociologia adentram o espaço escolar para o fomento de diálogo, criticidade, solidariedade e respeito ao contexto escolar.

Um ponto importante para pensarmos a discussão sobre a interseccionalidade e o feminismo negro no contexto brasileiro de ensino de sociologia é a aplicabilidade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica no Brasil. A partir da luta do movimento negro no Brasil em 2003, houve a modificação da LDBEN, com a Lei 10.639/03³, documento desenvolvido para o combate ao racismo e às discriminações nos espaços escolares de ensino (Brasil, 2004). Luiz Fernandes de Oliveira (2014) destaca que o docente de sociologia ao se responsabilizar em propostas que realçam a aplicabilidade da Lei 10.369/03, possui um duplo desafio pedagógico.

Se no aspecto da aplicação da Lei 10.639/03 vemos um conjunto de tensões e desafios de ordem epistemológica, identitária e política, quando nos debruçamos na análise do ensino de sociologia e das práticas docentes parece que esses mesmos desafios e tensões se desdobram e se multiplicam [...] a luta política para a consolidação epistemológica da disciplina nos currículos escolares e a constituição de um campo de pensamento teórico-prático na perspectiva de construção de um conhecimento escolar em ciências sociais [...]" (OLIVEIRA, 2014, p. 88).

A intelectual Nilma Lino Gomes (2017) na obra “O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação” discorre sobre os saberes contra hegemônicos capazes de criar possibilidades de aprendizados múltiplos no contexto escolar, afim de romper a lógica dominante do conhecimento. Entendendo que o ensino de sociologia possui no seu cerne fundamental a elucidação da criticidade, podemos pensar em uma sociologia que esteja

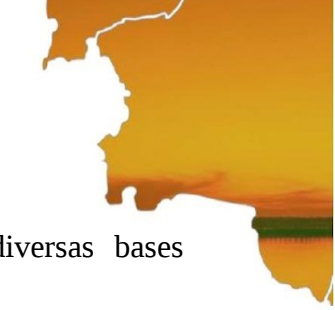
3 A Lei 10.639/03 foi modificada para Lei 10.645/2008, incluindo o ensino e cultura dos povos indígenas.

comprometida com a emancipação social e com a dialogicidade entre diversas bases epistemológicas.

Neste sentido, a contribuição epistêmica de Lélia Gonzalez (1984) nos apresenta o apagamento de discussões fundamentais para a compreensão da realidade brasileira. A autora nos chama atenção para a dialética entre a consciência e a memória. De acordo com a autora, a consciência se constitui como a materialização dos processos de violências que integram a dominação do ser, do poder e do saber. Desse modo como a consciência é o saber colonial, a alienação, o esquecimento, o apagamento histórico-político-cultural enquanto que a memória é um movimento de emancipação, são ações, práticas, saberes e fazeres que circunscrevem uma história que não foi escrita. “[...] E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada de cena [...]” (GONZALEZ, 1984, p. 226).

Ao categorizar o conceito político-cultural de Amefricanidade, a América Ladina e o Pretuguês/Pretoguês, Lélia González (1984, 1988), como uma intelectual que realizou diálogos importantes com a América Latina, nos apresenta possibilidades para refletirmos sobre as contribuições negras e indígenas para a formação do país. Neste sentido, destaco a presença da intelectualidade negra no pensamento social brasileiro, personalidades como a própria Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Virgínia Leone Bicudo, Luiza Bairros, Clóvis Moura, Guerreiro Ramos e Abdias Nascimento emergiram na intelectualidade e no ativismo político, na qual suas existências tensionam o campo intelectual e ao mesmo tempo ao longo dos anos a invisibilização em relação a suas histórias, sendo a própria morte social destes intelectuais. Contudo, quando se trata de mulheres negras, o silenciamento se torna bem mais implacável.

Então ao direcionar no campo sociológico, a incorporação de uma práxis feminista negra há uma ampliação das possibilidades de reflexibilidade acerca do mundo. De forma potencial, o ensino de sociologia aliada a interseccionalidade e ao feminismo negro se torna um campo importante para a educação transgressora - prática educadora capaz elucidar reflexões críticas sobre a história e a realidade social. Categorias analíticas como trabalho, gênero, raça, sexualidade e território podem ser pensadas no ensino sociológico de maneira interseccional, e tal escolha pedagógica pode se tornar uma estratégia relevante para a ampliação de conhecimentos sobre os fenômenos sociais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Beatriz Nascimento tenciona as perspectivas sobre o lugar do negro na sociedade, destacando em seu pensamento crítico uma reelaboração da história transatlântica afro diaspórica e enaltecendo a concepção de quilombo como uma organização cultural, política e de resistência e reexistência, a intelectual está demarcando a relevância da memória para nossa história e lutas afrofuturistas. É na memória que Lélia González também chamará a nossa atenção quando diz que enquanto a consciência é morada para o desconhecimento, alienação, rejeição, esquecimento e exclusão, a memória é o lugar da inclusão, “[...] a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção [...]” (GONZÁLEZ, 1984, p. 226).

Neste sentido, é preciso refletir que o ensino de sociologia aliado ao feminismo negro pode construir modificações importantes para a construção de novas epistemológicas emancipatórias. Na qual Lélia González, Carolina Maria de Jesus, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, Maria Aparecida Bento, Conceição Evaristo, Nilma Lino Gomes e muitas outras e outros intelectuais negras e negros ao compreenderem a complexidade das dinâmicas de raça, gênero e classe no país, constroem epistemologias que lutem pela emancipação do ser, do saber, do poder. São nestas epistemologias emancipatórias que são possíveis movimentos, práticas e ações que visem descortinar as mordanças que impedem as mulheres negras de serem as produtoras de suas próprias histórias. Desta forma, mesmo que ainda seja um desafio, o ensino de sociologia atravessada pela interseccionalidade e pelo feminismo negro possui uma potencialidade de consolidar uma formação engajada, antirracista, antifascista e democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, dez, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill Collins; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2020.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOQUEL, Ramón Grosfoguel. Por que não Guerreiro Ramos? novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 36-41, Junho, 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n2/a16v59n2.pdf>. Acesso em: 20.05.23.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: RJ, Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?**: Mulheres negras e feminismo. Tradução de Bhuvi Libanio, 11º ed., Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

JUNQUEIRA, Fernanda Campos. **Estigmatização e rotulação no contexto escolar**: a construção social da violência. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, v. 12 e 13, n. 22 e 23, jul./dez. 2009 e jan./jun. 2010, p. 17-28.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Educação Antirracista: tensões e desafios para o Ensino de Sociologia. **Revista Educação e Realidade**, v. 39, n. 1, 2014.

PEREIRA, Rosana da Silva. **Axé, Muntu! Contribuições da intelectual afrodiáspórica Lélia Gonzalez para o feminismo decolonial brasileiro**. In: Anais eletrônicos da 7ª Jornada de Ciências Sociais da UFJF- 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/81269336/Ax%C3%A9_Muntu_Contribui%C3%A7%C3%B5es_da_intelectual_afrodiásp%C3%B3rica_L%C3%A9lia_Gonzalez_para_o_feminismo. Acesso em: 21 de março de 2023.

PEREIRA, Rosana da Silva; PEREIRA, Amanda dos Santos. **Quem disse que as mulheres negras não podem ocupar os espaços de produção de conhecimento?** In: XII COPENE 2022. ST 22. Feminismos negros e Interseccionalidades na economia, organizações e relações de trabalho. 2022.

